



## PARECER SOBRE O PROJECTO DE LEI Nº 582/XIV/2.<sup>a</sup> (CH)

### 1. SUMÁRIO

Por ofício nº 793/1.<sup>a</sup>-CACDLG-XIV/2020 de 03-12-2020 NU: 667300 o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias solicitou a emissão de parecer à Ordem dos Advogados sobre o **Projecto de Lei 582/XIV/2.<sup>a</sup> (CH)**.

Cumprindo-nos a emissão do respectivo parecer.

### 2. APRECIÇÃO

A referida iniciativa legislativa do Sr. deputado único do partido CHEGA (CH) propõe a Alteração ao artigo 2º, nº 2, alínea e) da Lei nº 44/86, de 30 de Setembro com os seguintes fundamentos:

*A alteração aqui proposta visa essencialmente garantir que, em casos de específica e evidente conflitualidade com os bens jurídicos que estão a ser protegidos - no caso presente, a saúde pública - podem ser temporariamente proibidas, reuniões de órgãos estatutários que coloquem, de forma evidente e notória, aqueles bens em risco, sem nunca ferir o núcleo central do princípio da liberdade de reunião e associação.*

*Esta alteração legislativa tem também como objetivo, assegurar o pleno efeito jurídico do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, evitando que a população em geral sinta ou percepcione que as regras impostas e os sacrifícios exigidos têm destinatários isentos ou privilegiados, quando estão em causa potenciais e significativas lesões aos bens jurídicos protegidos na declaração do estado de sítio ou de emergência.*

*Finalmente, é importante garantir, que a alteração legislativa agora proposta não confere nenhuma prerrogativa de discricionariedade no âmbito da limitação de atividade política: os casos de proibição de reuniões deverão sempre obrigatoriamente identificar a razão da colisão evidente e notória com os bens jurídicos protegidos, bem como, delimitar de forma precisa e concreta o seu âmbito e extensão.*

Numa primeira abordagem dir-se-á que não nos merece acolhimento este projecto pelos motivos a seguir aduzidos, o que conduzirá ao nosso parecer desfavorável. Vejamos:

O Projecto é composto por quatro artigos:

**Artigo 1.º** define o seu **Objeto**;

**Artigo 2.º** define o seu **Âmbito** (que se insere na **regulamentação dos regimes de estado de sítio e estado de emergência**)

**Artigo 3.º** propõe o **Aditamento à alínea e) do ponto 2, do artigo 2º da Lei nº. 44/86, de 30 de Setembro**;

Finalmente o **Artigo 4.º** refere-se à data de **Entrada em Vigor**, *in casu*, determina-se o **dia seguinte ao da sua publicação**.

O projecto consubstancia-se assim num **aditamento à alínea e) do ponto 2, do artigo 2º da Lei nº 44/86, de 30 de Setembro** que consagra o Regime de estado de sítio e do estado de emergência, na senda do já preconizado nos artigos 19º, 134º al.d), 138º, 161º al. l) e 197º, nº 1 al. f), da CRP, permitindo que seja determinada a suspensão parcial de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, com fundamento na verificação de uma calamidade pública.

Menciona o ponto 2, do artigo 2º da Lei 44/86 sob a epígrafe "**Garantias dos direitos dos cidadãos**":

(...) 2 - Nos casos em que possa ter lugar, a suspensão do exercício de direitos, liberdades e garantias respeitará sempre o princípio da igualdade e não discriminação e obedecerá aos seguintes limites:

a) A fixação de residência ou detenção de pessoas com fundamento em violação das normas de segurança em vigor será sempre comunicada ao juiz de instrução competente, no prazo máximo de 24 horas após a ocorrência, assegurando-se designadamente o direito de habeas corpus;

b) A realização de buscas domiciliárias e a recolha dos demais meios de obtenção de prova serão reduzidas a auto, na presença de duas testemunhas, sempre que possível residentes na respectiva área, e comunicadas ao juiz de



*instrução, acompanhadas de informação sobre as causas e os resultados respectivos;*

*c) Quando se estabeleça o condicionamento ou a interdição do trânsito de pessoas e da circulação de veículos, cabe às autoridades assegurar os meios necessários ao cumprimento do disposto na declaração, particularmente no tocante ao transporte, alojamento e manutenção dos cidadãos afectados;*

*d) Poderá ser suspenso qualquer tipo de publicações, emissões de rádio e televisão e espectáculos cinematográficos ou teatrais, bem como ser ordenada a apreensão de quaisquer publicações, não podendo estas medidas englobar qualquer forma de censura prévia;*

***e) As reuniões dos órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos e associações profissionais não serão em caso algum proibidas, dissolvidas ou submetidas a autorização prévia. (sublinhado nosso)***

Nos termos constantes desta disposição, verifica-se assim, a existência de limites que devem ser respeitados mesmo num estado de emergência, nomeadamente os previstos na **al. e)**, os quais dizem respeito aos *órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos e associações profissionais*.

Ou seja, a declaração do estado de emergência deve respeitar o *princípio da proporcionalidade* conforme consagrado no *artigo 3º* daquela Lei com especial enfoque no nº 2:

### ARTIGO 3.º

*(Proporcionalidade e adequação das medidas)*

*1 - A suspensão ou a restrição de direitos, liberdades e garantias previstas nos artigos 8.º e 9.º devem limitar-se, nomeadamente quanto à sua extensão, à sua duração e aos meios utilizados, ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da normalidade.*

*2 - A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência só pode alterar a normalidade constitucional nos termos previstos na própria Constituição e na presente lei, não podendo nomeadamente afectar a aplicação das regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania e dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas e bem assim os direitos e imunidades dos respectivos titulares.*



Ou seja, quanto às suas extensões, o estado de emergência deve assim limitar-se, ao estritamente necessário tendo em conta a situação em causa, não podendo afectar direitos de superior dignidade constitucional identificados na Constituição e na Lei, como por exemplo o acesso aos tribunais, ou impedir as reuniões dos órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos ou associações profissionais, e em caso algum poderá afectar os direitos à vida, à integridade e identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, à não retroactividade da lei criminal, ao direito de defesa dos arguidos e à liberdade de consciência e de religião.

Entendemos que, ao estabelecer estas limitações, a Lei pretendeu assegurar o Estado de Direito.

O projecto agora em análise visa um **aditamento** à mencionada **al. e)** propondo que a mesma passe a figurar com a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

*Garantias dos direitos dos cidadãos*

1 – (...)

2 – (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) (...)

*e) As reuniões dos órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos e associações profissionais não serão em caso algum proibidas ou submetidas a autorização prévia, **excepto quando a sua realização colida com o núcleo central de bens jurídicos protegidos pela declaração do estado de sítio ou do estado de emergência, caso em que tal proibição deverá ser expressa e concretamente delimitada nos seus pressupostos e extensão.***

3 – (...)»

O projecto pretende deste modo criar uma excepção, sempre que a realização destas reuniões colida com o núcleo central de bens jurídicos protegidos, no caso presente, a saúde pública, podendo ser temporariamente proibidas, as reuniões de órgãos estatutários que a coloquem em risco.

É um facto que actualmente devido à situação inusitada da pandemia vivenciamos paralelamente com o grande impacto social, um momento de grande excepção na saúde, sendo este o centro das preocupações, ainda assim é nossa opinião que, as medidas que permitem garantir a segurança na saúde e o bem-estar têm um limite: que é o respeito pelos direitos e garantias que aos portugueses são assegurados pela Constituição da República



Portuguesa. Deste modo, as liberdades e garantias constitucionalmente asseguradas, só podem ser suspensas ou restringidas nas condições que a própria Constituição, ou a Lei, o prevejam, o que não é o caso. E, havendo limites na restrição dos direitos consagrados constitucionalmente, entendemos que estes limites não podem ser atingidos, conforme defendido no projecto, o que poderia colocar em causa a normalidade do Estado de Direito. Até por que em nossa opinião, na prática, esta alteração poderá promover indirectamente a revogação desta alínea, com a finalidade de tornar exequíveis as normas de contingência para as epidemias, com total desrespeito pelos critérios de proporcionalidade respeitantes aos direitos, liberdades e garantias fundamentais, nos termos da Constituição de da Lei.

### 3. CONCLUSÃO

Pelo exposto e devidamente analisado o aditamento proposto à alínea e) do ponto 2, do artigo 2º da Lei nº. 44/86, de 30 de Setembro apresentado pelo Sr. deputado único do partido CHEGA, não merece o apoio e concordância da Ordem dos Advogados, considerando-o inteiramente injustificado, merecendo assim parecer desfavorável, sendo este *s. m .o.* o nosso Parecer.

Lisboa, aos 13 de Dezembro de 2020

Maria Emília Morais Carneiro

Vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, com competência delegada pelo Senhor Bastonário